

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

A EVOCÇÃO DO PASSADO NA REVISTA VEJA: Contrato pragmático, atestação mnemônica e construção da realidade

Camila Freitas¹

Resumo:

Este artigo faz uma reflexão teórica com base no contrato entre leitor e revista, considerando a articulação da memória na narrativa jornalística. Analisa trechos de dois textos noticiosos publicados pela revista *Veja*, no mês de agosto de 2015, que tratam da instabilidade política brasileira. O trabalho divide-se nas seguintes seções: a primeira dedicada ao contexto; a segunda ao contrato e à realidade; a terceira ao tempo, narrativa, e memória no jornalismo; a quarta à análise dos textos da revista, seguida de apontamentos conclusivos. Utiliza-se Orlandi (2005), Ricoeur (2007), Alsina (2009) e Berger e Luckmann (2013).

Palavras-chave: Jornalismo. Contrato. Revista Veja. Memória. Realidade.

Introdução

Na edição especial da revista *Veja*, de 12 de agosto de 2015, o título alerta ao leitor: *O Brasil pede socorro*. O contexto que permeia a sequência de reportagens publicadas diz respeito aos chamados panelaços – forma de manifestação relativa às intolerâncias políticas nacionais por parte de alguns atores sociais. As matérias que abordam o tema levam os títulos: *O Brasil perde a calma*, *Um diálogo de surdos*, *O fim da farsa*, *Ela veio para ficar*, *Uma situação (sur)real* e *Faltou mais capitalismo*. Elas se estruturam como uma narrativa única se lidas em sequência e marcam tacitamente o posicionamento ideológico e a inclinação à direita política do periódico. Para este trabalho foram escolhidas: *O Brasil perde a calma* – um breve contexto do cenário político e social – e *O fim da farsa* – sobre a prisão de José Dirceu e a operação Lava Jato –, a fim de tecer considerações sobre o contrato pragmático, a atestação

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: camila.freitas@ufrgs.br.

mnemônica e a construção da realidade social. Os autores aqui utilizados são Orlandi (2005), Ricoeur (2007), Alsina (2009) e Berger e Luckmann (2013).

Contrato pragmático e realidade social

Instigado pelo trabalho de Berger e Luckmann² (2013) sobre a construção social da realidade³, Alsina (2009) sustenta que o produto jornalístico pode ser compreendido como uma forma de representação das realidades vividas socialmente. Como produto, está condicionado às normas institucionais, subjetividade do jornalista e códigos que regem a atividade, podendo produzir um mundo narrativo verossímil diante daquele que lhe abastece e lhe serve de referência. Os jornalistas interpretam o acontecer social, selecionando os acontecimentos que lhes parecem notáveis, hierarquizando-os e, ao apresentá-los em narrativas, oferecem mundos de significados possíveis que tendem a ser identificados e reconhecidos como a “realidade jornalística”. Não há aqui a pretensão de elevar o jornalismo a um retrato refletido da sociedade. Para Alsina (2009) os produtos noticiosos devem ser tidos como verdadeiros – não ficcionais.

Assim o compromisso do jornalismo com o real aponta para a verossimilhança, considerando o processo mimético sustentado pelo discurso realista e em busca de veracidade. Para que a narrativa jornalística seja tomada como verdade é preciso que haja uma relação hermenêutica com vistas a um acordo mútuo, simbólico e socialmente firmado, que para Alsina (2009) é chamado de *contrato pragmático fiduciário* – entre os meios de comunicação, os jornalistas e a sociedade/público. Nessa lógica, os jornalistas arquitetam acontecimentos notáveis que se desvelam no cotidiano, conferindo sentidos a eles e pelas narrativas postas em

² Berger e Luckmann (2013) não posicionaram em seus estudos da década de 1960 a atividade jornalística como principal agente no processo de construção social da realidade, embora isso apareça em alguns estudos, tais como o de Tuchman (1983). Eles não centralizaram o potencial construtivo da atividade. Em trabalhos contemporâneos, segundo Meditsch, Berger e Luckmann reconheceram na atividade jornalística a contribuição nessa construção social, “mas não como o ator único e nem mesmo como o principal” (MEDITSCH, 2010, p. 25). Pode-se dizer que tal atividade é relevante como mediadora da realidade simbólica, individual e coletiva.

³ Para Berger e Luckmann (2013) a construção social da realidade dá-se pela relação entre realidade e conhecimento.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

circulação, “o discurso jornalístico assume um lugar diferenciado, entre todos os discursos, devido ao seu estatuto de compromisso com a verdade” (BENETTI; FREITAS, 2015, p. 2).

Espera-se, então, uma adesão por parte do público ao discurso noticioso e ao veículo. Isso apresenta uma relação direta com a necessidade de fornecer narrativas credíveis ao público. Como explica Alsina (2009, p. 48), “a estratégia consiste em construir um discurso no qual se possa acreditar”. Fruto da institucionalização do papel do jornalista, o contrato trabalha com a persuasão do jornalista em relação ao público:

[...] se o objeto do fazer persuasivo for a veracidade (o fato de dizer a verdade) por parte do enunciador, o contra-objeto, cuja obtenção é garantida, consiste em um acreditar na verdade que o enunciador outorga ao *status* de discurso-enunciado: e, nesse caso, o contrato fiduciário torna-se um contrato enunciativo (ou contrato da verdade), que garante o discurso-enunciado (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 146 apud ALSINA, 2009, p. 231).

Não se fala aqui de passividade relativa ao público, pois este atua, muitas vezes, como vigilante do conteúdo informativo, podendo refutá-lo – como nas situações em que atesta que a informação foi manipulada, censurada, que não houve comprometimento com a veracidade dos fatos ou quando não está de acordo com a posição apresentada pela instituição jornalística. Nesses casos, a confiança que assegura a validade de tal contrato é desfeita e a credibilidade do jornalismo é posta em xeque. Quando bem-sucedido, o acordo mantém um equilíbrio entre as organizações jornalísticas e seus públicos, contribuindo com a fidelização e assegurando a função social da atividade.

Ao publicar a edição especial sobre o cenário político e social brasileiro, a *Veja* – que serve de objeto para este artigo – visa estabelecer laços com o público que se identifica com a posição editorial e com o seu discurso ideológico.

Tempo, narrativa e memória no jornalismo

O jornalismo é uma prática que mantém relação direta com o tempo. Franciscato (2005) lembra que o tempo do jornalismo é o presente – o tempo da ação. O autor salienta: “não só a ação embutida no acontecimento noticiado, mas da ação que possa ser gerada a

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

partir do relato jornalístico. A presentificação da notícia estaria também na sua potencialidade de ser lembrada e repetida pelos leitores” (FRANCISCATO, 2005, p. 175), o que condicionaria a permanência no tempo e a mobilização do público diante delas.

Assim, “a noção de importância da notícia é relativa ao tempo e espaço, dependendo do tipo de vínculo que os fatos têm com sua realidade concreta” (FRANCISCATO, 2005, p. 176). Por isso, o relato noticioso só será compreendido se estiver localizado em um contexto sócio-histórico. A inscrição do relato em um dado espaço de tempo social, além da datação dos eventos, tem auxílio da narrativa – “lugar de resgate dos acontecimentos transcorridos” (BENETTI; FREITAS, 2015, p. 2). As narrativas jornalísticas colocam o indivíduo em contato com o mundo em que ele vive, diante das interações entre sujeitos, das diferentes crenças e ideologias, das práticas sociais e da realidade social (VAN DIJK, 2005; PARK, 2008; BERGER; LUCKMANN, 2013).

Vale salientar a importância da articulação entre passado e presente na narrativa jornalística como uma forma de rememorar acontecimentos. Como foi dito anteriormente, o jornalismo é mobilizado pelo tempo presente. A prática se preocupa com o urgente, dando ênfase ao singular e ao novo (BENETTI; FREITAS, 2015), mas isso não impede o aparecimento de referências ao passado. O jornalismo, muitas vezes, regressa às memórias antigas para buscar ou oferecer um entendimento sobre a atualidade.

Dado que não se consegue abarcar tudo transcorrido e que a atividade jornalística em torno da memória é seletiva, cabe ao jornalista tecer narrativas como lugar de recordação⁴, construindo uma realidade nova e que se sustenta pelo simbólico, linguagens, discursos já proferidos e tradições. A atestação da realidade criada pela rememoração no jornalismo depende não só do referido contrato, mas da articulação da memória coletiva⁵ e da atividade de três sujeitos aos quais se pode atribuir lembrança. São eles: *eu*, *próximos* e *outros* – tríade

⁴ Sobre lugares de memória, Pierre Nora afirma que: “a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais” (1993, p. 22).

⁵ Para Halbwachs (2006), memória coletiva expressa um conjunto comum de memórias compartilhadas por gerações que se sucedem. O autor diz que a memória é aquilo que uma cultura coletiva carrega consigo de seu passado.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

sustentada pela hermenêutica em busca da alteridade (RICOEUR, 2007). A capacidade de designação dos diferentes graus rememoração depende do reconhecimento mútuo da ação desses sujeitos, dado o contexto em que estão inscritos.

Ao tratar do *eu*, Ricoeur salienta que a atribuição de memória ao si mesmo “consiste na autodesignação da testemunha” (RICOEUR, 2007, p. 136), ou seja, em atestar o próprio envolvimento na ação de testemunhar um acontecimento. Isso gera uma consciência particular referente ao tempo vivido por esse sujeito. Os *próximos* são aqueles com os quais o *eu* mantém uma relação de proximidade. Assim, o relacionamento com os *próximos* influencia a memória compartilhada e perpassa as “relações sociais dispersas segundo as formas múltiplas de pertencimento” (RICOEUR, 2007, p. 141) no mundo. Os *próximos* podem refutar ou aprovar as ações do *eu* e do *outro*. Nessa lógica, os *outros* estão situados como predecessores ou sucessores. As realidades desses *outros* “se estendem nas duas direções do passado e do futuro, da memória e da expectativa, esses traços notáveis do viver juntos decifrados primeiro no fenômeno da contemporaneidade” (RICOEUR, 2007, p. 140).

A tríade – *eu*, *próximos* e *outros* – finca raízes na convivência. Daí a relação com o tempo, as identidades e o agir em sociedade. Nesse aspecto, o partilhar das memórias individuais e coletivas mostra que os sujeitos nunca estiveram sós, pois pertencem a uma realidade socialmente construída, compartilhada e percebida. Há, ainda, a memória transgeracional, que diz respeito à sequência de gerações que firmam o contrato de transição das lembranças. Essa experiência:

[...] contribui para ampliar o círculo dos próximos, abrindo-o em direção a um passado, ao mesmo tempo em que pertence àqueles de nossos ancestrais em vida, nos põe em comunicação com as experiências de uma outra geração que não a nossa. A noção de geração, que é aqui a chave, oferece o duplo sentido da contemporaneidade de uma mesma geração, à qual pertencem, conjuntamente, seres de idades diferentes, e da sequência das gerações, no sentido da substituição de uma por outra (RICOEUR, 2007, p. 406).

A memória transgeracional é rica em informações e ações que perpassam o tempo e que, pelas atividades coletivas, podem se configurar como tradições. Na relação com o

12º Interprogramas de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero

<http://www.casperlibero.edu.br> | interprogramas@casperlibero.edu.br

12^o interprogramas de mestrado

Faculdade Cásper Líbero

jornalismo – tido como prática social –, é possível dizer que essa memória serve de suporte às narrativas noticiosas para inscrever o sujeito em seu tempo e apresentar uma visão de mundo, que o faz olhar para as reminiscências ou visar às expectativas futuras.

Evocadas no jornalismo, as memórias coletivas também servem de testemunho do real vivido e podem sofrer usos e abusos de seu potencial mnemônico. Da tipologia dos usos e abusos⁶ aparecem as memórias impedidas, manipuladas e comandadas de modo abusivo (RICOEUR, 2007), que se organizam entre os níveis patológico-terapêutico, prático e ético-político.

Diante da dispersa teia de recordações, os jornalistas têm, ao evocar o passado em narrativas, a possibilidade de evitar o esquecimento sobre acontecimentos do mundo. No entanto, ao agirem de modo abusivo e manipulador rompem com o dever de verdade que lhes é atribuído.

Atestação da memória e revista Veja

As narrativas jornalísticas estão atentas à atualidade, à marcação da inscrição temporal do contemporâneo. É assim que os acontecimentos notáveis são desvelados e postos em circulação. Logo, há vezes em que o jornalismo necessita evocar lembranças do passado, seja para contextualizar uma informação, seja para instigar a consciência crítica frente ao contexto presente. Para Orlandi (2005), as memórias atuam como interdiscursos⁷ e geram saberes que tornam possível o que é dito. O saber discursivo “retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2005, p.

⁶Assim elas se apresentam: a) impedidas: relativas aos traumas, aos medos, aos recalques e aos lutos; b) manipuladas: normalmente são induzidas ou são instrumentalizadas, duas atividades que permitem a seleção daquilo que deve ser lembrado. Assim, a articulação em busca da permanência no tempo tem reflexos ideológicos, pedagógicos e hierárquicos. Essa memorização imposta agrega, também, as comemorações tradicionais; c) ético-político: nesse nível estão as memórias obrigadas. Elas carregam consigo um ideal de justiça transformador – o de transpor as memórias coletivas para o nível dos projetos futuros. Estaria ligado à última um dever de memória guiado pela moral e justiça. O jornalismo, diante de algumas situações, se apossa desses recursos em suas narrativas.

⁷ Segundo a autora, “o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2005, p.34).

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

31). Isso tem impacto na maneira como os sujeitos vão significar ou ressignificar o que está posto na situação discursiva. A autora salienta também que os discursos dão movimento às palavras e que elas significam pela história, pela ideologia e pela relação estabelecida entre o sujeito e o próprio discurso. É nesse sentido que o dito se encontra no confluir da memória com a atualidade. Diante dessa afirmação é que se desenvolverá a análise.

Em 12 de agosto de 2015, a revista *Veja* publicou o texto *O Brasil perde a calma*, que abre uma série de reportagens sobre a crítica situação nacional, incluindo insatisfação política, painéis, protestos públicos e digitais, instabilidade econômica e operações contra corrupção. Abaixo, o texto que marca a abertura da sequência de reportagens:

A atual é diferente de todas as crises graves pelas quais o Brasil passou em sua história contemporânea. Na transição do regime militar para a democracia, em que o presidente Tancredo Neves adoeceu e morreu, ou no impeachment de Collor, havia uma crise pública marcada por enfrentamentos violentos, radicalismos, ameaças e bravatas. Mas havia também um intenso diálogo de bastidores em que as diferenças eram apainadas e as partes cediam aqui e ali em favor de uma solução pacífica. Como mostra o conjunto de reportagens desta edição especial, o que domina a cena agora é uma conversa de surdos (PEREIRA, 2015, p. 43).

No trecho, o contexto que se vive no Brasil se caracteriza pela falta de diálogo e de entendimento entre governantes e entre esses e a população. A suposição é feita pela comparação de três períodos sócio-históricos – o contemporâneo, o da passagem do regime militar à democracia e o do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Os dois últimos são, respectivamente, da década de 1980 e 1990. Portanto, o leitor, ao se deparar com o que foi descrito no trecho, deve articular as memórias referentes a tais períodos para compreender a relação apresentada da atualidade com o passado. Momento em que a atividade dos sujeitos passíveis de lembrança é instigada.

Em meio ao processo de rememoração, se o leitor for contemporâneo aos eventos passados, dá-se a atestação das memórias do *eu*. Do contrário, faz-se necessário uma mobilização da memória coletiva e transgeracional – dos *próximos* e dos *outros*. Na categoria dos sucessores, os *outros* podem não ter de fato vivenciado tais momentos históricos, assim

12^o interprogramas de mestrado

Faculdade Cásper Líbero

como os *próximos*, mas têm a capacidade de acionar um imaginário desses eventos vividos por tabela” (POLLAK, 1992) ou apropriados por eles. Isso faz com que as redes de sentido provocadas pela lembrança de um acontecimento necessitem de referentes verossímeis – a realidade jornalística construída pela revista *Veja*, de certo modo, pode se apresentar como um deles.

A *Veja*, assim como outros periódicos informativos, trava com seus leitores um embate que contempla os discursos proferidos por ela. O enfrentamento dá-se pelo ruído entre o que é tido como verdade para o público – contrário ou a favor de sua opinião – e para a revista. Orlandi (2005) lembra que todo o discurso se mobiliza entre o mesmo e o diferente, entre o dito e o que não foi dito ou o esquecido. Essa relação evidencia o reforço e a atualização do contrato, prezando pela harmonia entre o periódico e o público de interesse.

No segundo texto selecionado, *O fim da farsa*, a revista elege um personagem que pretende desconstruir ao longo da narrativa. A temática é a da operação Lava Jato⁸ e quem ganha destaque é José Dirceu, que foi ministro-chefe da Casa Civil durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao público, a reportagem relembra as prisões anteriores do político, o atual envolvimento com lavagem de dinheiro e as corrupções com quais Dirceu se envolveu.

A figura do político é introduzida por meio de duas fotografias (Figura 1) – à esquerda, a foto de 1968, de quando José Dirceu era militante e combatia a ditadura; à direita, a foto de 2013 – ano em que foi preso por corrupção ativa no julgamento do Mensalão. Ambos os registros fotográficos o trazem com as mãos erguidas, construindo uma narrativa entre a mão aberta e a fechada. Após as imagens, um parágrafo dá o tom do discurso da *Veja*: “A prisão do ex-ministro José Dirceu sepulta uma utopia que nunca existiu e marca o início

⁸ Consiste em uma investigação deflagrada pela Polícia Federal brasileira no primeiro trimestre de 2014 e que segue em atividade, a fim de desarticular esquemas de corrupção e desvio de dinheiro na Petrobras. A operação conta com processos de delação premiada e apreensões. Entre as prisões está a de José Dirceu, realizada em agosto de 2015, acusado de ter se beneficiado de recursos financeiros da companhia petrolífera. Dirceu também se envolveu nos escândalos do Mensalão – esquema descoberto no primeiro mandato do governo Lula, evidenciando compra de votos e apoio político no Congresso, contando com parlamentares, empresários e ex-ministros, com julgamento concluído em 2014 pelo Supremo Tribunal Federal.

12^o interprogramas de mestrado

Faculdade Cásper Líbero

do encerramento de um ciclo de populismo e corrupção que devastou o Brasil” (PEREIRA, 2015, p. 51). Com isso está posto o lugar de fala da revista, que delimitará a maneira como o seu discurso irá se manifestar ao longo da narrativa.

Figura 1: Veja – O fim da farsa



Fonte: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>.

Nas páginas que compreendem a reportagem, a narrativa apresenta, em um primeiro momento, o personagem positivamente e salienta os feitos de Dirceu em sua trajetória política, como consta no parágrafo de abertura:

José Dirceu sempre ocupou um lugar de destaque no panteão da esquerda brasileira. Foi líder do movimento estudantil, combateu a ditadura militar, viveu na clandestinidade e, depois da redemocratização, comandou a caminhada do Partido dos Trabalhadores rumo à Presidência da República. Nessa trajetória, tornou-se um mito de múltiplas facetas: sedutor, exímio articulador político e mobilizador de massas. Saudoso por companheiros como “guerreiro do povo brasileiro”, ele personificava o sonho de implantação no Brasil do primeiro projeto de poder genuinamente popular, capaz de combater a desigualdade, promover a inclusão social e mudar o jeito de fazer política (PEREIRA, 2015, p. 52).

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

Adiante, a fim de promover uma ruptura das adjetivações positivas descritas acima e de mostrar que toda a expectativa daqueles que apoiaram o ex-ministro foi em vão, o discurso assume um viés de declaração e de acusação, desvelando um outro lado do mesmo personagem da narrativa:

Se o PT era a vestal, Dirceu simbolizava a virtude. Duas grandes farsas. Duas grandes mentiras. Na semana passada, o juiz Sergio Moro mandou o ex-chefe da Casa Civil novamente para a cadeia, sob a acusação de instruir o petrolão e se beneficiar dos recursos roubados da Petrobras. A decisão demoliu a figura de herói imaginário da narrativa petista. Atrás das grades, restou apenas o ladrão (PEREIRA, 2015, p. 52).

A articulação desses relatos serve de testemunho de um passado e, provavelmente, mobiliza a memória dos *próximos* e dos *outros* ao se depararem com a virada da trajetória de Dirceu, como mostra nos dois trechos selecionados e na Figura 1 – se antes ele era a esperança de uma juventude sessentista e guiada pelos valores da esquerda política contra os ideais capitalistas, hoje, como sugere o texto, o punho fechado⁹ o caracteriza: ele presentifica o retrato da desilusão do Partido dos Trabalhadores (PT).

Esse resgate mnemônico se orienta ao abuso ético-político (RICOEUR, 2007), pois, diante do discurso ideológico da *Veja*, é mobilizado um ideal de justiça transformador pela articulação do contexto descrito – o passado repleto de expectativas que se esfacelaram no presente. O ideal de justiça se justifica no discurso da *Veja* visando a uma nova realidade, a de que se encerre não só o ciclo de corrupções no país, mas a atuação do partido representado pelo ex-ministro.

Outra observação diz respeito aos termos *petistas cínicos* e *petistas inocentes*, utilizados ao longo da reportagem para descrever os apoiadores de Dirceu. Ao tratar da prisão do ex-chefe da Casa Civil em operação do mensalão, a *Veja* deixa clara a sua perspectiva sobre os seguidores do Partido dos Trabalhadores:

Os petistas mais inocentes ainda acreditavam na fantasia de que Dirceu era vítima de uma conspiração das elites e de setores conservadores da

⁹ Sem suporte textual, uma outra leitura simbólica do punho cerrado poderia remeter à representação sindicalista da esquerda trabalhista ou à revolução socialista.

12^o interprogramas de mestrado

Faculdade Cásper Líbero

sociedade contra o governo dos trabalhadores e dos oprimidos. Foi para eles que Dirceu, encenando um protesto, ergueu o punho cerrado no momento em que seguia para a prisão. Já os petistas mais cínicos repetiam que Dirceu não havia usado o mensalão para enriquecer pessoalmente. Se participara do esquema de suborno aos parlamentares, o guerreiro o fizera em nome da causa do partido – e isso não seria nem de longe um demérito (PEREIRA, 2015, p. 52).

O uso dos referidos termos caracteriza não só o lugar de fala da *Veja*, mas a posição política e ideológica distante da dos filiados ao PT. Como lembra Orlandi (2005), não existe discurso sem que haja sujeito, sem um enunciador imbuído de valores identitários e que se apresenta para um leitor ideal. Esse enunciador tem ideológicos e, de acordo com a autora, o deixar se envolver pela ideologia tem vínculo direto com o processo interpretativo. Ao apresentar o posicionamento ideológico e político, embora possa afastar alguns leitores, a *Veja* também pode cativar novos ou refazer adesões. Isso, quando positivo, reforça a efetividade do contrato pragmático (ALSINA, 2009).

A interpretação também está condicionada à regulação por parte do discurso oferecido. “Ela não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido” (ORLANDI, 2005, p. 26), é, por exemplo, guiada pela evocação de memórias – institucionalizadas e interdiscursivas. Uma vez que o trabalho ideológico é também um trabalho de memória, a confecção de sentidos às narrativas depende da atividade da memória coletiva – compartilhada por gerações –, que atua na fruição do imaginário que se tem dos eventos sociais, podendo refutar, remodelar ou atestar o que está posto na narrativa jornalística.

A *Veja*, ao evocar um passado histórico e político nos trechos dos dois textos do mês de agosto, auxilia o leitor a interpretar a narrativa proposta, localizando-o em um contexto sócio-histórico, da mesma forma em que cria, com suas narrativas, uma realidade jornalística e faz com o que está posto permaneça no tempo, nem que seja no da ação jornalística.

Considerações

O artigo buscou apresentar a evocação do passado em narrativas da revista *Veja*, a fim de tecer considerações sobre o contrato pragmático, a atestação da memória e a construção da

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

realidade. Identificou-se que tanto no texto *O Brasil perde a calma* quanto no *O fim da farsa*, a *Veja* instiga seus leitores a rememorarem fatos que são anteriores ao contexto social presente, a fim de apresentar as mudanças que se sucederam ao longo do tempo e, de certo modo, de realizar uma revisão crítica da sociedade, buscando, como fica claro, uma transformação futura da atual realidade social. Logo, a atestação mnemônica coletiva dá-se pelo resgate do passado em conflito com o presente, tal como um mecanismo intelectual repleto de valor semântico e de intencionalidades – o qual é verificado pelos sujeitos de lembrança: *eu, outros e próximos*.

A *Veja* propõe uma leitura do viver junto, objetivando um ideal de transformação social que está sustentado pelo ato de evitar o esquecimento do que se passou no cenário brasileiro. Essa atividade vai ter reflexo tanto nos antecessores à atualidade quanto nos sucessores, os quais, tomando a narrativa como lugar de memória, poderão conhecer, se identificar ou se posicionar de modo contrário ou favorável à construção dos acontecimentos.

A narrativa da revista, mediante os trechos escolhidos, não apenas confere ao jornalismo uma atuação relevante na construção da realidade social – compreendida aqui como uma realidade jornalística e simbólica –, mas intensifica o tácito posicionamento político e ideológico que sustenta o lugar de fala da *Veja*, reforçando os laços com o público que lhe é fiel e mantendo a linha editorial que lhe é própria, o que colabora para a validade do contrato entre leitores e o periódico.

Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BENETTI, Marcia; FREITAS, Camila. A fenomenologia da memória e o homem capaz do jornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: Intercom, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0063-1.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

BETENCOURT, Paulo Ricardo. **Memórias dos Cacerolazos**: cartografia de forças não sonoras se tornando sonoras. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). São Paulo: USP, 2014.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**. Aracajú: Editora UFS, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Márcia, FONSECA, Virgínia. **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p.7-28.

PARK, Robert. Notícia e poder da imprensa. In: BERGER, C., MAROCCO, B. **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa, v.2. Porto Alegre: Sulinas, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

VAN DIJK, Teun A. Notícias e conhecimento. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 2, n. 2, 2. sem, 2005, p. 13-29.

PEREIRA, Daniel. O fim da farsa. **Revista Veja**, São Paulo, ed. 2438, acervo digital, p. 42-43, 12 ago. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

PEREIRA, Daniel. O Brasil perde a calma. **Revista Veja**, São Paulo, ed. 2438, acervo digital, p. 50-54, 12 ago. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 16 dez. 2015.